

Docência: reflexo das relações de gênero

Se, em pleno século XXI, a exploração do trabalho assume feições cada vez mais perversas, tal situação é ainda mais grave quando consideramos a condição das mulheres trabalhadoras. Muitas vezes, as mulheres recebem menos que os homens, mesmo trabalhando até mais horas, sem falar do assédio moral e sexual. Na área da Educação, onde elas são maioria, isso não é diferente.

O caráter feminino da docência vem desde o século passado, quando o magistério passou a ser opção viável para as mulheres trabalharem, por ser uma extensão do “seu” trabalho doméstico. Uma das alegações era a “natureza pura e dócil”, o que as tornava como “ideais para dar aulas” (cuidar das crianças, no caso).

De acordo com dados do Censo do Professor (2007), 97,9% das professoras das creches são mulheres; 74,4% atuam nos anos finais do ensino fundamental, caindo para 64,4% no ensino médio.

O inverso aparece no ensino superior, onde os homens ainda são maioria, e é justamente onde se têm os salários maiores. As mulheres representam apenas 45% do professorado. Ou seja, embora haja menos desequilíbrio quantitativo de docentes do sexo feminino, eles ainda são maioria, inclusive nas instâncias de poder. Os professores aparecem com predominância dando aulas em cursos tecnológicos e ciências exatas. Já as professoras estão mais nas áreas de Humanas.

Feminização da docência. Para a professora do Centro de Educação Física, Erineusa Maria da Silva, é preciso entender que a mulher não está no campo edu-



Foto: Museu da Escola de Minas Gerais.

Formatura de professoras no início do século XX

cacional por mero acaso. Daí a importância de compreender os processos de incorporação delas na profissão, agregando não simplesmente o crescimento numérico (feminilização), mas dados qualitativos da profissão (feminização).

Na avaliação de Erineusa, as questões de gênero são primordiais para entender as relações de poder na profissão. “As relações de gênero estão em nossa prática social, inclusive na divisão sexual do trabalho”, comenta. O processo de feminização da docência, segundo ela, não deixou de ser avanço, pois possibilitou a conquista do espaço público.

Autora da obra “As Relações de Gênero no Magistério – a Imagem da Feminização”, Erineusa entrevistou um grupo de professoras para saber se elas se sentiam discriminadas na profissão. Apesar de as respostas serem negativas, as docentes usaram justificativas como “eu me valorizo e me respeito para não deixar acontecer” ou “luto pelo espaço e pelos direitos enquanto mulher”. “Isso é uma contradi-

ção. Se elas não sentiam discriminadas então porque tinham que lutar?”, finaliza.

Trabalho docente na Ufes. O sociólogo e professor Thimoteo Camacho pesquisou, entre 1995 e 1998, as relações de gênero e constatou desigualdades na Ufes. “As mulheres, mesmo quando mais qualificadas e com mais tempo de estudo, estão fora dos cargos de chefia. Na Ufes, por exemplo, nunca houve uma reitora. E raríssimas as vice-reitoras”, ressalta.

Para Camacho, as mulheres são discriminadas quando penetram nos guetos masculinos, que são verdadeiros “Clubes do Bolinha”. “A mencionada feminização não se fez acompanhar de melhoria salarial e das condições de trabalho feminino. Em média, as mulheres ganham cerca de 60% do que ganham os homens”, diz acrescentando que, quando se trata de ocupação em cargos de chefia, a distorção também é grande. Para o sociólogo, “somente com uma luta feminista socialista teremos condições de reverter essa desigualdade”, garante.

Lugar de mulher não é no fogão

A professora Carla César Martins Cunha, coordenadora do curso de Engenharia Elétrica da Ufes, lembra que enfrentou o machismo em casa e em sala de aula. “Um professor me perguntou o que eu fazia no curso, já que para ele acabaria atrás de um fogão”. Relatos que, segundo Carla, ainda são comuns. “A mudança de mentalidade precisa ocorrer na família, na escola, na sociedade”, lembra Carla.

No ano passado, dos 1.643 professores da Ufes, 743 eram mulheres e 900 homens, sendo que apenas 145 delas ocupavam cargo de chefia, enquanto eles estavam em 238 postos de comando. Os dados mostram maior presença de professoras nos cursos de Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia, Fisioterapia e Biblioteconomia. Já os professores estavam mais na Física, Matemática e Engenharia Mecânica.

Mulheres que lutam e reivindicam

A luta das mulheres pela igualdade social, pelo fim das discriminações, assédios, valorização do trabalho ainda é árdua. Mesmo com os avanços, elas ainda fazem duplas e triplas jornadas e conciliam a família, a casa, os amigos, os estudos.

Nos sindicatos e nos movimentos populares e estudantis, também são muitos os desafios para romper a cultura machista. Elas precisam se desdobrar para participar das atividades e o empenho é ainda maior por parte daquelas que ocupam cargos diretivos.

“É uma função que exige dedicação máxima e compromisso”, diz a professora do Centro de Educação, Marlene Cararo (presidente da Adufes 2002/2004 e 2004/2006). Viagens, reuniões, assembleias, campanhas salariais, enfim, uma

agenda cheia. “Às vezes chegava às 6h30 e saía às 23 horas. Fica mais fácil quando se tem o apoio da família”, garante.

Mulheres na direção. A Adufes – em 37 anos de existência - teve na executiva um total de 97 mulheres, sendo 8 presidentes. A participação masculina é incomparavelmente maior: 153 em cargos diretivos, sendo 19 presidentes. A primeira mulher a dirigir o sindicato foi Eugênia Célia Raiser (1984), mas já na formação da Adufes, elas deixaram registro. A professora Maria Helena Lindemberg foi a primeira mulher a ser diretora (1978) e, portanto, uma das fundadoras da entidade.

Atualmente existem na base 771 sindicalizadas, contra 924 professores. Na atual gestão, elas estão em paridade na direção: ocupam a Secretaria Geral, Tesouraria (titular e 1ª e 4ª suplências).



Professora Marlene Cararo, primeira à esquerda, junto com outras professoras durante ato público na Ufes.

Romper com machismo é um desafio

A atual diretoria de Gênero e Diversidade Sexual do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Rosimery Soares Loiola, assumiu o cargo pela chapa Outra Maneira de Cantar, majoritariamente composta por mulheres. Para ela, que é negra, a reprodução do machismo, racismo e da LGBTfobia tem sido uma experiência bastante desafiadora dentro das entidades. “Os movimentos feminista e negro, por exemplo, ainda estão afastados das demandas e discussões de gênero”, critica.

Para a diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Ufes (Sintufes), Ana Hoffmann, o mundo sindical realmente continua masculino e machista. Ela acredita que os movimentos precisam priorizar as lutas das mulheres. “No Sintufes, temos uma maioria de coordenadoras mulhe-

res, no entanto, há muitos desafios e um deles é a falta de seriedade que sofremos em situações de negociações, isso porque quase sempre os negociadores são homens”, queixa-se, afirmando que muitas companheiras são criticadas, assediadas e até desacatadas por chefias e colegas de trabalho.



EDITORIAL

Neste mês, o Fique Por Dentro é inteiramente dedicado à luta das mulheres contra a opressão e a exploração. O machismo divide a classe trabalhadora ao oprimir as mulheres e transforma a reprodução da força de trabalho em trabalho “socialmente necessário não pago. Isto caracteriza um processo de super exploração.” Incute a falsa ideia que cuidar da casa, lavar e passar roupa, fazer comida, educar os filhos, são funções “naturais” da mulher e que, por isto, não precisam ser pagas. Como se não bastasse esta dupla jornada não-remunerada, as mulheres em geral recebem menos pelo mesmo trabalho. E ainda se ouvem argumentos como o do Deputado Federal Jair Bolsonaro, defendendo esta diferença de remuneração “pois as mulheres engravidam”.

O Governo Federal destina apenas 24 centavos/ano por mulher para políticas de combate à violência (delegacias especializadas, casas-abrigo, etc.). Além disso, as MPs 664 e 665, que entraram em vigor, penalizam principalmente as mulheres trabalhadoras, que vão perder pensões, auxílio-desemprego, PIS, auxílio-reclusão etc.

O 34º Congresso do Andes-SN, realizado no mês passado, avançou bastante na pauta das mulheres. Foi aprovada a luta pela descriminalização do aborto e agora, em todas as atividades do Sindicato Nacional, será disponibilizada uma estrutura de espaços infantis para que possam ser deixadas/os filhos/filhas das/os participantes.

Outra resolução importante foi o apoio ao abaixo-assinado do Movimento Mulheres em Luta que reivindica a aplicação de 1% do PIB em políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher. Vamos divulgar e coletar assinaturas em todas as universidades, inclusive na Ufes.

Viva o 8 de março! Viva a luta das mulheres trabalhadoras!

Estado lidera ranking de assassinato de mulheres no país

O Espírito Santo é campeão nacional em assassinatos de mulheres. Dados do Mapa da Violência 2012, produzido pelo sociólogo Julio Jacobo, revelam que de 1980 a 2010 foram assassinadas no país quase 91 mil mulheres, das quais 43,5 mil somente na última década. O ES registrou uma taxa de 9,6 homicídios em cada 100 mil mulheres, sendo Vitória líder das capitais em assassinatos com uma taxa de 13,2.

Para a professora de Serviço Social da Ufes e integrante do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, Gilsa Helena Barcelos, esses números têm como uma das explicações o envolvimento de mulheres jovens no tráfico de drogas e a negligência do governo na implementação e efetivação de políticas públicas de combate à violência. A professora garante, no entanto, que a violência doméstica ainda é a maior causa dos assassinatos de mulheres no ES. “Enquanto os homens são assassinados em espaços públicos, o local de maior perigo para elas é a própria casa”, destaca.

O outro fator que pode explicar esse elevado número de assassinatos no Espírito Santo é a falta de implementação das políticas públicas de combate à violência. “Na medida em que o poder público se omite, ele acaba sendo conivente com a violência doméstica, que leva, inclusive, ao assassinato de mulheres. É preciso que o governo do Estado assuma um compromisso com as mulheres capixabas e não

tenha o movimento feminista como inimigo. Esperamos que esse assunto não seja utilizado apenas como estratégia política eleitoreira”, ressaltou Gilsa.

Opressão de Gênero. Para compreender a violência contra a mulher, é fundamental o conceito de gênero como demarcador de poder. “Violência contra a mulher é qualquer ato de violência que tenha por base o gênero, ou seja, no fato da vítima ser mulher. Desta forma, nas sociedades patriarcais a relação hierárquica e de autoridade se baseia no princípio da superioridade masculina que se constitui nos mecanismos de dominação de gênero”, explica Maria Beatriz Nader, professora do Departamento de História.

Conforme dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Há 14 anos esse número era maior: oito mulheres eram espancadas no mesmo intervalo de tempo. A pesquisa apontou que 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões.

Sociedade Patriarcal. De acordo com Beatriz, historicamente o patriarcado propiciou aos homens o papel ativo no qual o elemento masculino adquiriu poder sobre a mulher, ao mesmo tempo em que limitou e controlou a participação delas na esfera social. “Esse mesmo patriarcado compreende que o comportamento feminino deve ser pautado na

dependência econômica, na passividade e na reprodução da espécie”, explica.

Ela destaca que os maus tratos à mulher têm sido caracterizados pela dominação masculina e pela dependência feminina. Trata-se de um cenário montado a partir da lógica do patriarcalismo, cuja exploração e exclusão feminina faz parte de uma história de contradições e desigualdades sociais.

Movimento feminista. Trazer a discussão da violência doméstica para o âmbito público é uma conquista do movimento feminista. “A violência se restringia ao espaço privado, do casal. Com a Lei Maria da Penha, o assunto passou a ser de ordem pública, já que a violência é um fenômeno social”, lembra a diretora da Adufes e militante do Fórum de Mulheres do ES, Renata Couto Moreira. O desafio apontado por ela é fazer com que essas políticas públicas criadas para coibir e prevenir a violência contra a mulher saiam do papel, e destaca o papel da extensão universitária, ofertando cursos de formação para que o maior número de mulheres conheçam seus direitos e os mecanismos pelos quais podem lutar por eles e se protegerem. Em sua experiência com projetos como este, a professora ressalta a importante parceria da UFES com instituições públicas e da sociedade civil como o CAVVID e o CDDH (Direitos Humanos) como fundamentais para a transformação desta inadmissível realidade.



Vídeo-debate destaca a emancipação feminina nos movimentos sociais e populares

A Adufes junto com o Fórum de Mulheres do Espírito Santo realiza na Ufes uma atividade de formação política neste mês internacional de Luta das Mulheres. O evento consiste na exibição e debate do filme "O sal da terra" no dia 20/03 (sexta-feira), no Cine Metrôpolis (campus de Goiabeiras), em Vitória, das 9 às 12 horas. O filme, de Herbert Beberman, conta a história da inserção das mulheres na luta sindical na década de 1950. A debaterora será a professora do Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Eblin Farage, que presidiu a Associação dos Docentes da UFF.

Para a diretora da Adufes, Cenira Andrade de Oliveira, o debate pretende envolver as mulheres da comunidade aca-

dêmica na discussão sobre a participação feminina nos sindicatos e nos movimentos sociais. "É preciso avançar nesta pauta de luta do movimento feminista", diz.

Outras atividades. O festival *Lugar de Mulher é onde ela quiser!* foi realizado em 8/03, em Vitória. Com o tema *Os direitos das mulheres não se negociam, nem um passo atrás!* as mulheres fizeram uma caminhada, em 09/03, contra a violência. Foi entregue uma carta ao governador exigindo a efetivação das políticas públicas e combate ao feminicídio. A professora Gilsa Barcelos e a historiadora Ana Lúcia Rocha (Amucabule) ministraram aula pública sobre o homicídio de mulheres em decorrência de conflitos de gênero (feminicídio).

8 de Março - breve histórico de luta e organização das mulheres

Flores, doces e poesias marcam todos os anos, desde sua criação, a data em comemoração ao Dia Internacional de luta das Mulheres. O que muitos desconhecem são os significados de construção desta data, cuja origem está ligada à história de lutas e militância das mulheres trabalhadoras.

Há 105 anos, durante a 2.ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em Copenhague, Dinamarca, a alemã Clara Zetkin, militante feminista, propôs a criação de um dia internacional. As comemorações se espalharam pela Europa, mas ainda sem data fixa e única. Já em 8 de março de 1917 (23 de fevereiro no calendário ortodoxo), operárias russas das indústrias têxteis iniciaram greve geral contra a fome, a guerra e o czarismo. O movimento reuniu 90 mil pessoas.

Contudo, anterior a esse processo, durante a Revolução Industrial, no final do século XIX, reivindicações como o direito à escola, à profissão, ao voto, ganharam destaque junto a reivindicações de melhores condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos. As operárias faziam jornadas de 12 horas diárias, sofriam espan-

camentos e ameaças sexuais que, inclusive, não eram considerados atos de violência.

Em 1975, 64 anos depois da convenção socialista e 30 após a criação da data, as Nações Unidas resolveram adotar oficialmente o Dia Internacional da Mulher.

Organização feminista. Em março daquele ano, as militantes socialistas de todo mundo, inclusive do Brasil, organizaram-se em um movimento capaz de combinar a luta pela libertação das mulheres e a transformação global da sociedade. Elas tentaram convencer os camaradas homens que as opressões vividas e a permanência no estreito círculo familiar e o trabalho doméstico eram uma força contrária às propostas de igualdade defendida pelo socialismo.

Para a diretora da Adufes, Sandra Della Fonte, retomar o sentido do 8 de março é recuperar parte da história de luta das mulheres. "Essa luta não morreu. Ela está viva em vários movimentos sociais que têm como bandeiras os ideários feministas organizados há mais de um século", lembra a professora.



Prestação de Contas Adufes

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade.

RECEITA MÊS 12/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	126.011,06
OUTRAS RECEITAS*	19.731,58
TOTAL DA RECEITAS	145.742,64

DESPESAS MÊS 12/2014

Despesas c/Pessoal	33.664,26
Atividades e Eventos Sindicais	441,22
Serviços Prestados Terceiros**	11.600,00
Encargos Sociais	3.897,57
Despesas Gerais***	46.598,96
Despesas Tributárias	3.172,00
Despesas Financeiras	69,80
TOTAL DAS DESPESAS	R\$99.443,81

*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos. | **Serviços Prestados Terceiros refere-se a Assessoria Contábil, Jurídica, Assistência Técnica Informática, Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Pessoa Física. | ***Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.